



① O componente curricular da Geografia encontra-se presente tanto nos currículos do Ensino Fundamental, quanto no do Ensino Médio. No que se refere aos currículos dos anos finais do Ensino Fundamental de 9 anos, a Base Nacional Comum Curricular encontra-se estruturada em cinco eixos temáticos, dos quais apenas um abrange explicitamente o conteúdo relativo à área de concentração da Geografia Física (eixo 5). Na caracterização do referido eixo, o texto da BNCC deixa explícito que ele se designa a integração entre Geografia Física e Geografia Humana e os estudos das questões ambientais que se desenvolvem no eixo da relação sociedade-natureza. Esse documento oficial do governo brasileiro também estabelece os objetivos do ensino de Geografia, dos quais destaca: compreender a relação sociedade-natureza, seus conflitos e investigar possíveis soluções para seus problemas; reconhecer as diferentes técnicas da apropriação da natureza praticada pelas diferentes sociedades e; construir, debater, defender e promover ideias que promovam a consciência ambiental e o respeito à biodiversidade. Vê-se que a problemática ambiental (tema interdisciplinar) está diretamente associada aos conteúdos e objetivos do ensino de Geografia no Ensino Fundamental. Ainda assim, é preciso destacar que alguns conteúdos indispensáveis ao tratamento da questão ambiental - tais como relevo, clima, vegetação, formação e conservação dos solos, ciclo hidrológico, etc. - são



citadas direta ou indiretamente em sua grande parte, apenas no quinto eixo temático da BNCC e, sobretudo, como conteúdos a serem explorados no sexto ano do ensino fundamental. No entanto, há de se concordar que estes são temas bastante abstratos para crianças de 11/12 anos conseguirem apreender integralmente apenas no período de um ano escolar. Ademais, a inclusão dos conteúdos relacionados à Geografia Física no eixo temático que visa promover a integração Geografia Física - Humana parece tentar justificar a necessidade dos conteúdos de natureza física pelo viés político-econômico, esquecendo-se que assim como a sociedade imprime mudanças nos sistemas naturais, a forma como a sociedade se organiza sobre o espaço (ex: urbanização, agricultura, etc.) também é condicionada por forças, processos e fenômenos de ordem física. Já no que se refere ao Ensino Médio, é preciso comentar sobre a MP 746/16, sancionada na forma da lei 13.415/17, que implica no fim da obrigatoriedade do componente curricular de Geografia na última etapa da educação básica. A base curricular do Ensino Médio ainda não foi homologada pelo Governo Federal mas já é sabido que a formação dos alunos do Ensino Médio será facultada em itinerários formativos. A princípio, a disciplina de Geografia (ou alguns de seus conteúdos programáticos) se inserirá a grande área das ciências humanas e sociais aplicadas, juntamente com as disciplinas de História,



Sociologia e Filosofia. Deste modo, diante das incertezas trazidas a tona pela Reforma do Ensino Médio, o tratamento das questões ambientais no Ensino Médio pela disciplina de Geografia pode ser compreendido, uma vez que muitos conceitos e conhecimentos prévios necessários ao entendimento sobre impactos ambientais e formas de preservação da natureza, apresentam uma relação de interdependência com conteúdos das disciplinas de química, física e biologia (pertencentes às áreas das ciências naturais e suas tecnologias). Ainda assim, a última versão da base curricular do Ensino Médio destaca como objetivos do ensino de Geografia: analisar as consequências da alteração e da apropriação da natureza pela sociedade; identificar e avaliar os impactos socioambientais causados pelas políticas públicas e; problematizar hábitos e práticas relacionados ao consumo e a produção de resíduos sólidos. Assim como nos objetivos da BNCC do Ensino Fundamental destacados anteriormente, é possível perceber que as questões de cunho ambiental são intrínsecas à disciplina de Geografia no Ensino Médio. Desse modo, acredita-se que a melhor forma de se abordar as questões ambientais no ensino de Geografia na educação básica seja a partir de uma abordagem sistêmica (e portanto interdisciplinar), uma vez que a relação sociedade-natureza / Geografia Humana - Geografia Física é uma via de mão

dupla: os professores cabem garantir que essa abordagem transite do particular para universal e que o contexto socioambiental dos alunos seja evocado durante as aulas de modo a permitir que a aprendizagem dos conteúdos seja mais eficaz justamente pela "ligação entre o conteúdo e os motivos do aluno, o que implica a necessidade de adequar os conteúdos às disposições e interesses da faixa etária atendida" (LIBÂNIO, 2008, p. 40).

② Escala Nacional, Ensino Médio

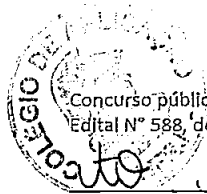
Trabalhando a problemática ambiental que abrange o território nacional brasileiro e as desigualdades sociais atreladas a essa problemática, é possível propor aos alunos do Ensino Médio um trabalho de análise comparativa entre o antigo Código Florestal brasileiro e o Novo Código Florestal. Ao se trabalhar com a escala nacional, espera-se que os alunos sejam capazes de identificar quais foram/são as principais alterações que ocorreram na lei, quais são os agentes sociais que mais se beneficiaram com a nova lei, quais os atores que mais foram prejudicados e quais os possíveis impactos que a "flexibilização" da lei acarreta aos grandes domínios de natureza do Brasil. Para que esta análise seja possível é necessário que os alunos tenham acesso às duas versões do Código Florestal (nova e antiga), mapas temáticos re-

lativos: pedlogia, relevo, biomas, distribuição espacial das Unidades de Conservação existentes em território nacional, etc., além de imagens de satélite e/ou fotografias aéreas recentes e antigas (imagens de satélite antigas podem ser retiradas do Google Earth para algumas áreas do planeta.). Esse tipo de abordagem didática permite que os alunos sejam sujeitos ativos na construção de pensamento ~~proprio~~ autônomo e na construção do conhecimento, uma vez que não se trata de uma ação pedagógica de transmissão de conhecimentos (do professor para o aluno), mas sim de uma mediação didática em busca de solucionar uma "curiosidade" (da curiosidade despreocupada até a curiosidade epistemológica). Nesta perspectiva, o levantamento e o tratamento de informações e as conclusões extraídas da análise, somadas aos conhecimentos prévios e a atenção dos alunos, permitirão que os discentes articulem informações e compreendam que os problemas ambientais contemporâneos atingem de maneira desigual as mais diversas regiões do país, não se restringindo ao local onde vivem (escala de análise muito valorizada durante o Ensino Fundamental). Por outro lado, esse tipo de abordagem também permitirá aos alunos perceberem que os problemas ambientais enfrentados no lugar onde vivem, tais como poluição dos corpos hídricos, poluição atmosférica, ilhas de calor, destruição dos ecossistemas, etc. Não conseqüências que decorrem de interesses econômicos.

com qual atuam em uma escala mais ampla do que a que eles observam no seu dia-a-dia. Por conseguinte, ficará mais fácil demonstrar aos alunos que o atual modelo econômico em vigência - que atua, o lucro em primeiro lugar - socializa os prejuízos socioambientais entre as populações mais vulneráveis (quilombolas, indígenas, sem terra, etc.) ao mesmo tempo em que concentra os benefícios financeiros nas mãos de uma pequena parcela da população.

(3) Dois recursos didáticos passíveis de serem utilizados no tratamento das questões ambientais no ensino da Geografia escolar são o trabalho de campo e o uso de múltiplas cartografias. O trabalho de campo é uma prática intrínseca à produção de conhecimento geográfico (acadêmico e o escolar) e é um recurso capaz de colocar os alunos em contato com as realidades em construção, além de serem quando os alunos conseguem correlacionar teoria e prática. No entanto, esse recurso didático nem sempre é empregado no ensino de Geografia por uma série de fatores que podem ir desde a falta de verba para o transporte dos alunos, até a falta de experiência que os professores da educação básica têm no trâmite burocrático-operacional de preparar tal atividade. Nesse sentido, destaca o importante papel que o período de estágio supervisionado tem para garantir ao futuro professor experiências desse tipo (planejar

a ~~total~~ de campo escolher os pontos de visita-
ções (mitigação, autorizações, etc.), de modo que
quando estiver lidando com suas próprias
temas tais impedimentos não mais exis-
tirão. No que se refere aos diferentes tipos
de cartografia, é inegável a interrelação en-
tre Geografia (ciência que estuda o espaço)
e Cartografia (ciência que representa o es-
paço). Os mapas temáticos, imagens de sa-
télites, mapas ~~cartográficos~~ táteis, maquetes,
etc. são excelentes formas de auxiliar no estudo
de temas como o crescimento urbano (im-
plantação de áreas de preservação permanente e/
ou de proteção ambiental), correlacionar os ti-
pos de ocupação humana e os aspectos físicos
do terreno, identificar áreas sujeitas a inun-
dações, monitorar o desmatamento e o lan-
çamento de efluentes domésticos em domínios
costeiros, etc. No entanto, o uso desse tipo
de recurso exige, antes de mais nada, uma
boa leitura e compreensão das informações
cartográficas, o que só ocorre através do pro-
cesso de alfabetização cartográfica. Esse proces-
so deve começar nos primeiros anos do ensino
fundamental e, a medida em que os alunos
vão crescendo, cresce também o grau de com-
plexidade dos mapas e suas informações. Outro
problema que nos deparamos quanto ao uso
das cartografias na Geografia escolar está
no fato de que muitos licenciandos e
professores de Geografia não foram corretamen-
te alfabetizados (Cartograficamente) e, portan-



Se, semtem inbequeios quanto ad uso des-
de tuba de recursos didaticos. Mas uma vez,
portanto, e preciso destacar o papel do esta-
gio supervisionado no desenvolvimento do
futuro professor e na construção de práticas
pedagógicas (coletivamente) que visem dar
um direcionamento adequado ao uso do ma-
pas e que permita aos futuros professores me-
lhor compreenderem as etapas do processo
de alfabetização cartográfica. Mesmo diante
desses desafios que o trabalho de campo e
as múltiplas cartografias impõem à prática
do ensino de Geografia, enfatiza que ambos
são indispensáveis no tratamento das ques-
tões ambientais. No caso do trabalho de
campo essa é uma oportunidade que os alunos
têm de experimentar, interagir e observar
as realidades concretas e as contradições
socioeconômicas e ambientais (produção da
relação sociedade-natureza) a partir de
diferentes pontos de vista (que não o da
sala de aula / livros didáticos). Já no caso
das cartografias, a relação sociedade-na-
tureza, ~~podem~~ passa a ser representada em
imagens que servem como recursos para me-
stizar, sensibilizar, ilustrar e/ou tornar mais
próximos temas que são complexos (MORAN, 2014)